

## ÁGUA

**Roberto Rodrigues\***

No mês passado foi celebrado o Dia do Meio Ambiente, e o tema, sempre apaixonante, foi debatido com mais intensidade que o normal, sobretudo por causa das mudanças no MMA no novo governo.

Como durante os ásperezos debates que antecederam a promulgação do Código Florestal em 2012, há muitas críticas e muitos aplausos a tais mudanças, e em ambos os lados sobram argumentos válidos. O Código Florestal, já se sabe, não tem a dimensão que deveria ter, sobretudo porque falta ciência nas definições ali contidas, mas depois de anos de discussões às vezes radicais, venceu a democracia, e com uma característica: ninguém gostou do resultado, mostrando o equilíbrio do mesmo. Mas não é hora de mudar o Código. Temos que implementá-lo, com a aplicação integral do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e a regulamentação do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), ambos notáveis avanços.

O presente debate sobre a nova orientação do MMA vai acabar também chegando a um bom termo porque todos querem acertar. Duas questões polêmicas, aliás, já ficaram para trás, felizmente: uma que considerava a própria extinção do MMA, e outra que sinalizava a saída do Brasil do Acordo do Clima. Agora, é debater e acertar o rumo.

E o agro vem fazendo sua parte, em função de uma tecnologia sustentável aqui desenvolvida, e segue avançando com o Plano ABC, com a matriz energética de 47% renovável, com defensivos agrícolas menos agressivos ao ambiente, com aumento de florestas plantadas e assim por diante.

Mas há temas que precisam ser mais trabalhados sob a luz da tecnologia, e um deles é a irrigação, muito ligado à sustentabilidade, palavra chave para a competitividade.

Segundo o Atlas da Irrigação editado no ano passado pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil tem cerca de 7 milhões de hectares irrigados, menos que 10% do total das terras agricultadas. É pouco, mas esta área cresceu 53% de 2006 a 2015 (são os dados disponíveis), e isso sim é um número significativo. O maior crescimento foi no centro-oeste (103%), seguido por norte (77%), sudeste (68%), sul (37%) e nordeste (16%). Há aí uma certa contradição, uma vez que o Nordeste é a região mais seca do Brasil e, portanto, a que mais demandaria irrigação. Mas explica-se exatamente pela falta de água, o que deverá ser mitigado com a célebre transposição do São Francisco, quando ficar pronta. Já a área irrigada do Sul se deve ao sistema de plantação de arroz por inundação, que vem sendo usado em outras culturas, sobretudo permanentes, por modelos economizadores de água, como o gotejamento. De acordo com a ANA, temos um potencial efetivo de incorporação de novas áreas da ordem de 11,2 milhões de hectares, isto é, 150% a mais do hoje cultivado. Mas a projeção de expansão até 2030 fica em apenas 3,14 milhões de hectares, dadas, principalmente, as dificuldades burocráticas para acessar água. Mas este é um tema de suma importância para o agro brasileiro: reduz riscos climáticos (que é a maior

incerteza do setor) e tem baixo custo relativo de investimento, se considerarmos o preço da terra.

Em suma, políticas estruturadas para irrigação podem melhorar muito a sustentabilidade do nosso agro, com mais ganhos para todo mundo.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**